**EDITAL DE LICITAÇÃO 011/2026**

**REGÊNCIA LEGAL:**

Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto Municipal nº 289/2023, e nas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**I. REPARTIÇÃO INTERESSADA E SETOR:**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANHAÇU- BA

| **II. NÚMERO DE ORDEM:** | **III. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:** |
|---|---|
| ▪ CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA - 011/2026 | ▪ 237/2026 |

**IV. FINALIDADE DA LICITAÇÃO/OBJETO:**

O objeto da presente licitação é a contratação de empresa para construção de Praça no Bairro Jurema e Ponto de Taxi, no Município de Tanhaçu/BA, conforme quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

| **V. TIPO DE LICITAÇÃO:** | **VI. UNIDADES SOLICITANTES:** |
|---|---|
| ▪ Menor Preço ou Maior Desconto:<br>( ) Por item<br>( ) Por lote<br>( X ) Global | ▪ Secretaria de Infraestrutura |

| **VII. REGIME DE EXECUÇÃO:** | **VIII. MODO DE DISPUTA:** |
|---|---|
| ( x ) Empreitada por Preço Unitário<br>( ) Empreitada por Preço Global<br>( ) Execução por Tarefa<br>( ) Empreitada Integral | ( x ) aberto<br>( ) aberto e fechado<br>( ) fechado e aberto |

**IX. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, observado o prazo de execução dos serviços de 06 (seis) meses, conforme cronograma físico-financeiro. A vigência poderá ser prorrogada nas hipóteses legalmente admitidas, mediante justificativa e observância das disposições aplicáveis da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente de seu art. 111.

**X. SITES DE ACESSO AO EDITAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA DA LICITAÇÃO:**

▪ Editais disponíveis nos sites: https://sai.io.org.br/ba/tanhacu/site, local para recebimento das propostas e documentos e início da sessão pública da licitação: no sítio **https://bnc.org.br/.**

| **XI. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** | **XII. INÍCIO DA SESSÃO** |
|---|---|
| ▪ 26 de outubro de 2026<br>▪ | ▪ 11/11/2026<br>▪ Horário: 09h00min |

**XIII. DA REFERÊNCIA DE TEMPO:**

Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília e dessa forma, serão registradas nos documentos pertinentes.

**XIV. AUTORIDADE COMPETENTE**

Luísa Passos Gonçalves Pinto
Sec. Municipal de Infraestrutura

## Sumário


1. DO OBJETO ..... 3
2. DO VALOR ESTIMADO .....
3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS ..... 4
4. DO CREDENCIAMENTO ..... 4
5. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO ..... 6
6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ..... 8
7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA ..... 8
8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES ..... 13
9. DA FASE DE JULGAMENTO ..... 17
10. DA FASE DE HABILITAÇÃO ..... 21
11. ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA ..... 26
12. DOS RECURSOS ..... 27
13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES ..... 28
14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO 32
15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS ..... 33
1. ANEXO I. TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO ... Erro! Indicador não definido.
2. ANEXO II – MODELO CONTRATO ADMINISTRATIVO ..... 60
3. ANEXO III – ANEXOS COMPLEMENTARES ... Erro! Indicador não definido.

**CONCORRÊNCIA Nº 011/2026**
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 237/2026**
**MUNICÍPIO DE TANHAÇU**

Torna-se público que o Município de Tanhaçu, com sede à Praça Luiz Eduardo Magalhães, Centro, S/n, CEP 46.600-000, por meio do Secretária de Infraestrutura, realizará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 289/2023, Lei Complementar Nº 123/2006 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

- Data da sessão: 11 de novembro de 2026
- Horário: 09h00min
- Local: https://bnc.org.br/
- Critério de Julgamento: menor preço global
- Modo de disputa: aberto
  - Órgão concedente: Ministério das Cidades (56000). Instrumento Transferegov nº 982791/2025 (Convênio nº 982791). Operação CAIXA nº 1102625-57. Proponente: Prefeitura Municipal de Tanhaçu/BA. Programa: Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas.

## 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é contratação de empresa para construção de Praça no Bairro Jurema e Ponto de Taxi, no Município de Tanhaçu/BA., conforme projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais especificações constantes do edital e de seus anexos

1.2. A licitação será realizada em grupo único, abrangendo a totalidade dos serviços necessários à execução do objeto, conforme projetos, planilhas orçamentárias, memorial descritivo, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos integrantes deste Edital e de seus anexos. Os licitantes deverão apresentar proposta contemplando todos os serviços e quantitativos previstos, observando-se o critério de julgamento de menor preço global e o regime de execução por empreitada por preço unitário.

**1.3. O critério de julgamento adotado será global**, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## 2. VALOR ESTIMADO

2.1. O valor estimado da contratação é de R$ 544.852,28 (quinhentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e vinte e oito centavos), conforme orçamento estimativo constante dos documentos integrantes deste Edital e de seus anexos.

## 3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do município para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

Órgão: 2- PREFEITURA MUNICIPAL DE TANHAÇU
SECRTARIA: 0207000 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
Ação: 1007 - OBRAS PÚBLICAS MUNICIPAIS
Ação: 1012 - CONSTRUÇÃO MANUTENÇÃO E REFORMAS DE PRAÇAS E JARDINS
Ação: 2025 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
Elemento de Despesa: 4.4.90.51 – Obras e Instalações

## 4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no https://bnc.org.br/ que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA CONCORRÊNCIA, em sua FORMA ELETRÔNICA.

4.2. O cadastro deverá ser feito na BNC - Bolsa Nacional de Compras, no sítio ***https://bnc.org.br/;***

4.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação.

4.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **https://bnc.org.br/** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou

à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação.

4.6. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará que:

4.6.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.6.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

4.6.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.6.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.7. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.8.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.8.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei

Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.9. A falsidade da declaração de que trata os itens acima sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

## 5. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5.1. Poderão participar desta licitação os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no https://bnc.org.br/**.**

5.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

5.6. Não poderão disputar esta licitação:

5.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

5.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco

por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

5.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

5.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

5.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

5.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

5.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7. O impedimento de que trata o item 5.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 5.6.2 e 5.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

5.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

5.10. O disposto nos itens 5.6.2 e 5.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

5.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.12. A vedação de que trata o item 5.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5.13. Será exigida dos licitantes, como requisito de pré-habilitação, a comprovação do recolhimento de garantia de proposta correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, equivalente a R$ 5.448,52 (cinco mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e cinquenta e dois centavos), nos termos do art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021. A garantia deverá ser comprovada no momento da apresentação da proposta, podendo ser prestada em qualquer das modalidades legalmente admitidas, observadas as disposições do art. 96, § 1º, da referida Lei e as regras estabelecidas neste Edital.

5.14. A comprovação da garantia de proposta deverá ocorrer mediante apresentação de documento válido e idôneo, correspondente à modalidade escolhida pelo licitante, observadas as disposições dos arts. 58 e 96 da Lei Federal nº 14.133/2021. Na hipótese de caução em dinheiro, deverá ser apresentado o respectivo comprovante de depósito ou recolhimento. Para as demais modalidades legalmente admitidas, será exigido o instrumento comprobatório pertinente, não sendo obrigatório comprovante de pagamento quando incompatível com a natureza da garantia apresentada.

## 6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Na presente Concorrência Eletrônica, será adotada a inversão de fases prevista no art. 17, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, de modo que a fase de habilitação antecederá as fases de apresentação de lances e de julgamento das

propostas, conforme justificativa constante deste instrumento convocatório e dos autos do processo administrativo.

6.2. Os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico da Bolsa Nacional de Compras – BNC (https://bnc.org.br/), até as 08h59min do dia 11 de novembro de 2026, a proposta inicial de preços e os documentos de habilitação exigíveis na fase antecipada, observadas as disposições deste Edital.

6.3. A sessão pública será iniciada às 09h00min do dia 11 de novembro de 2026, com a abertura e análise dos documentos de habilitação dos licitantes, cabendo ao Agente de Contratação ou à Comissão de Contratação, conforme designação da autoridade competente, verificar o atendimento às exigências estabelecidas neste Edital.

6.4. A fase de habilitação antecipada compreenderá a análise dos documentos exigíveis nesse momento procedimental, ressalvados os documentos relativos à regularidade fiscal, que serão exigidos somente após o julgamento das propostas e apenas do licitante mais bem classificado, conforme o art. 63, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.5. Encerrada a análise da habilitação antecipada, serão divulgadas, de forma fundamentada, as decisões de habilitação e inabilitação dos licitantes, com o devido registro no sistema eletrônico e na ata da sessão, assegurado o direito de recurso administrativo, nos termos do art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.6. Concluída a fase de habilitação antecipada, participarão da etapa de lances e do julgamento das propostas exclusivamente os licitantes habilitados, observados o critério de julgamento de menor preço global e o modo de disputa aberto, conforme estabelecido neste Edital.

6.7. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou apresentação de novos documentos destinados a suprir exigências não atendidas no momento próprio, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas de diligência para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados, destinadas à apuração de fatos existentes à época da abertura do certame, ou para atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.8. A vedação prevista no item anterior não prejudica a apresentação dos documentos relativos à regularidade fiscal no momento legalmente previsto, nem o saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada da Administração.

6.9. Encerrada a fase de habilitação antecipada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento, nos termos do art. 64, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo da verificação da regularidade fiscal no momento legalmente previsto.

6.10. Considerando a adoção da inversão de fases, a Administração deverá assegurar aos licitantes a possibilidade de manifestação imediata da intenção de recorrer contra as decisões de habilitação ou inabilitação e, posteriormente, contra o julgamento das propostas, sob pena de preclusão, mediante utilização das funcionalidades do sistema eletrônico ou de procedimento formal previamente divulgado aos participantes que assegure publicidade, isonomia e registro em ata.

6.11. As razões recursais referentes às decisões de habilitação ou inabilitação e ao julgamento das propostas serão apresentadas em fase recursal única, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata de julgamento, nos termos do art. 165, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.12. DA JUSTIFICATIVA PARA A ADOÇÃO DA INVERSÃO DE FASES

6.12.1. A adoção da inversão de fases na presente Concorrência Eletrônica fundamenta-se no art. 17, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando as características e particularidades do objeto licitado, consistente na contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia destinada à construção de Praça no Bairro Jurema e Ponto de Táxi, no Município de Tanhaçu/BA.

6.12.2. A execução do objeto exige capacidade técnica, organização operacional, disponibilidade de profissionais habilitados, utilização de equipamentos adequados, fornecimento de materiais e condições econômico-financeiras compatíveis com as obrigações contratuais, especialmente em razão da necessidade de cumprimento das especificações técnicas, dos projetos, das planilhas orçamentárias e do cronograma físico-financeiro.

6.12.3. Nesse contexto, a antecipação da fase de habilitação permite que a Administração verifique previamente o atendimento aos requisitos de qualificação técnica, econômico-financeira e demais exigências cabíveis nessa etapa, possibilitando que a fase competitiva seja realizada entre licitantes que demonstrem possuir as condições exigidas para a execução da obra.

6.12.4. A medida busca reduzir o risco de sucessivas inabilitações após a etapa de lances, situação que poderia exigir novas convocações, repetição de análises de propostas e prolongamento do procedimento licitatório, especialmente diante da necessidade de avaliação de planilhas orçamentárias, composições de

custos unitários, encargos sociais, Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e demais documentos técnicos relacionados à contratação.

6.12.5. A inversão de fases também busca conferir maior racionalidade à condução do certame, permitindo que os trabalhos de análise e julgamento das propostas sejam direcionados aos licitantes previamente habilitados, contribuindo para a otimização das atividades administrativas e para a redução dos riscos de atrasos na contratação.

6.12.6. Considerando que a obra se destina à implantação de espaço público voltado à convivência comunitária, ao lazer, à mobilidade urbana e à melhoria da infraestrutura municipal, a adoção da medida busca proporcionar maior previsibilidade ao procedimento licitatório e contribuir para a seleção de empresa com capacidade compatível com as exigências de execução do objeto.

6.12.7. A inversão de fases não afasta a observância dos princípios da isonomia, competitividade, transparência, proporcionalidade e julgamento objetivo, uma vez que todos os interessados estarão submetidos às mesmas condições de participação e aos critérios de habilitação previamente estabelecidos no instrumento convocatório.

6.12.8. Diante dessas circunstâncias, a Administração considera adequada a adoção da inversão de fases para a presente contratação, tendo em vista os benefícios esperados quanto à verificação prévia da capacidade dos licitantes, à redução dos riscos de sucessivas inabilitações, à racionalização da análise das propostas e à maior previsibilidade na condução do procedimento licitatório.

## 7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá apresentar sua proposta inicial mediante preenchimento dos campos disponibilizados no sistema eletrônico, observando o critério de julgamento de menor preço global, o regime de execução de empreitada por preço unitário e as especificações constantes dos projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e demais documentos técnicos integrantes do Edital.

7.1.1. O preço global ofertado deverá ser expresso em moeda corrente nacional, abrangendo todos os custos necessários à integral execução do objeto, inclusive materiais, mão de obra, equipamentos, encargos sociais, tributos, despesas indiretas e demais obrigações inerentes à contratação.

7.1.2. A proposta deverá corresponder à execução integral da obra, observadas as quantidades, unidades de medida, especificações técnicas e demais

condições estabelecidas nos documentos integrantes do procedimento licitatório.

7.1.3. O licitante deverá observar a compatibilidade entre o preço global ofertado e os preços unitários dos serviços que compõem a planilha orçamentária, respeitados os critérios de aceitabilidade previstos no Edital.

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

7.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

7.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (SESSENTA) DIAS,** a contar da data de sua apresentação.

7.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

7.10.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos;

7.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7.12. A proposta de preços deverá apresentar valor global compatível com os preços unitários dos serviços integrantes da planilha orçamentária, observados os quantitativos previstos no projeto, os critérios de aceitabilidade estabelecidos no Edital e o regime de execução de empreitada por preço unitário. Eventuais ajustes decorrentes dos lances deverão preservar a consistência dos preços unitários e do valor global ofertado.

7.13. As composições devem seguir os itens indicados nos códigos SINAPI/SICRO/COMPOSIÇÃO PRÓPRIA OU OUTRAS QUE SÃO FORMALMENTE APROVADAS POR ÓRGÃO E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA do orçamento estimativo, compatibilizando OBRIGATORIAMENTE os valores de mão de obra para os disponibilizados no SINAPI/BAHIA, sob pena de não aceitabilidade.

7.14. A proposta de preços deverá ser acompanhada, obrigatoriamente, dos seguintes documentos técnicos: planilha orçamentária sintética, composição de custos unitários, curva ABC de serviços, curva ABC de insumos, cronograma físico-financeiro e demonstrativo de encargos sociais adotados, devidamente compatíveis com os preços ofertados, sob pena de desclassificação, quando constatada a ausência ou inconsistência que comprometa a análise da exequibilidade da proposta.

## 8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema eletrônico até as 08h59min do

dia 11 de novembro de 2026, horário de Brasília, quando se encerrará o prazo para recebimento, conforme estabelecido neste Edital.

8.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

8.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5. O Agente de Contratação/Comissão verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

8.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor global.

8.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.8. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de R$ 1.000,00 (Hum mil reais).*

8.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

8.12. Será adotado para o envio de lances na concorrência eletrônica o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.13. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.14. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.15. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.16. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.17. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.18. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.19. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.20. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.22. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.23. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.24. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor

inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.25. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.26. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.27. Considerando a adoção do modo de disputa aberto, eventual empate entre propostas de mesmo valor será resolvido mediante aplicação dos critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, observadas as disposições deste Edital e o tratamento favorecido assegurado às microempresas e empresas de pequeno porte pela Lei Complementar nº 123/2006.

8.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

8.29. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.30. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

8.31. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.32. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.33. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.34. Empresas estabelecidas no território do Estado da Bahia, unidade federativa em que se localiza o Município de Tanhaçu, órgão licitante, nos termos do art. 60, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021;

8.35. empresas brasileiras;

8.36. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.37. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.38. Encerrada a etapa de envio de lances e aplicados, quando cabíveis, os critérios de desempate previstos neste Edital, o sistema eletrônico identificará a proposta mais bem classificada, observando-se o critério de julgamento de menor preço global, para prosseguimento dos procedimentos de julgamento, respeitada a inversão de fases adotada neste certame.

8.39. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.40. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.41. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.42. O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02h (duas), envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.43. É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.44. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 9. DA FASE DE JULGAMENTO

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 5.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. SICAF;

9.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

9.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

9.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

9.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício, em conformidade coo o edital.

9.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos regulamentos;

9.6. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.7.1. contiver vícios insanáveis;

9.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico/Termo de Referência;

9.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**9.8.** Considerando que o objeto desta licitação consiste na execução de obra de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores sejam inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, nos termos do art. 59, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021, observada a possibilidade de realização de diligências para aferição da exequibilidade da proposta, conforme a legislação aplicável e o entendimento dos órgãos de controle.

9.7.6. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

9.7.6.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.8. Considerando que o objeto da presente licitação consiste na execução de obra de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores sejam inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, nos termos do art. 59, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurada, previamente à eventual desclassificação, a possibilidade de realização de diligência para demonstração da exequibilidade da proposta, conforme entendimento dos órgãos de controle.

9.8.1. A análise da exequibilidade deverá considerar as características do objeto, os custos necessários à execução da obra e os elementos apresentados pelo licitante, mediante decisão devidamente fundamentada.

9.8.2. No regime de execução por empreitada por preço unitário, a análise de sobrepreço considerará a superação do valor global estimado e dos custos unitários considerados relevantes, conforme planilha orçamentária integrante deste Edital.

9.8.3. Havendo indícios de inexequibilidade ou necessidade de esclarecimentos complementares, o Agente de Contratação ou a Comissão de Contratação poderá promover diligências para que o licitante demonstre a viabilidade econômica de sua proposta, observadas as disposições do art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.8.4. A eventual desclassificação da proposta por inexequibilidade deverá ser fundamentada nos elementos constantes dos autos, observados os critérios legais aplicáveis e as conclusões das diligências realizadas, quando cabíveis.

9.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

9.10. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

9.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

9.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

9.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9.13. Na hipótese de desclassificação de todas as propostas, o Presidente da Comissão/Agente de Contratação poderá fixar às licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de outras propostas, corrigida das causas de sua desclassificação.

## 10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos previstos no termo de referência e no Projeto Básico (item 14), necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, e estão previstos no termo de referência.

10.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, **poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF**.

10.1.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão comprovar o atendimento das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos, observadas as disposições dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as regras relativas à inversão de fases adotada neste procedimento licitatório.

10.2. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

10.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

10.4. **Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).**

10.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

10.7. A habilitação será verificada por meio dos documentos apresentados via sistema, ou registro cadastral válido e competente

10.8. *Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.*

10.8.1. *O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através do e-mail licitacaotanhacu@gmail.com, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.*

10.8.2. *Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

10.8.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

10.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e/ou outra plataforma cadastral e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

10.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

10.10. A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.10.1. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do

sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

10.11. A verificação no Sicaf e/ou outra plataforma cadastral ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

10.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Projeto Básico/Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

10.11.2. Em razão da inversão de fases adotada neste certame, a verificação das condições de habilitação e a exigência dos documentos correspondentes ocorrerão em relação a todos os licitantes participantes da etapa antecipada de habilitação, ressalvados os documentos relativos à regularidade fiscal, que serão exigidos somente após o julgamento das propostas, em relação ao licitante mais bem classificado, nos termos do art. 63, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, **não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência**, Lei 14.133/21, art. 64, para;

10.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

10.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.14. Considerando a adoção da inversão de fases prevista no art. 17, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, a análise dos documentos de habilitação será realizada previamente à etapa de apresentação de lances e de julgamento das propostas. Os licitantes que não atenderem às exigências de habilitação serão declarados inabilitados, mediante decisão fundamentada e registrada em ata, assegurado o direito de manifestação da intenção de recorrer e de interposição de recurso, na forma estabelecida neste Edital. Somente os licitantes habilitados poderão participar da etapa competitiva, ressalvadas as disposições legais relativas à comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

10.15. Considerando a adoção da inversão de fases, os documentos de habilitação apresentados pelos licitantes serão analisados na etapa antecipada de habilitação, assegurada a publicidade dos atos e decisões correspondentes, mediante disponibilização dos documentos e registros pertinentes no sistema eletrônico, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e a proteção das informações legalmente sigilosas.

10.16. A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, nos termos dos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006. Na hipótese de existência de restrição na comprovação dessa regularidade, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas.

10.17. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10.18. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.19. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.20. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.21. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens dispostos no Termo de Referência/Projeto Básico;

10.22. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

10.23. Considerando a adoção da inversão de fases, a conclusão da etapa antecipada de habilitação não implicará a declaração de vencedor. A declaração do licitante vencedor ocorrerá somente após a realização da etapa competitiva, o julgamento e a aceitação da proposta mais bem classificada, bem como a verificação dos requisitos legais exigíveis após o julgamento, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e deste Edital.

10.24. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.25. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.26. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.27. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.28. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.29. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## 11. ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. O licitante vencedor deverá encaminhar, após a fase de disputa, proposta de preços atualizada ao último lance ofertado, composta de: Planilha Orçamentária, Planilha detalhada de Composição de preços unitários, o Cronograma Físico Financeiro, a composição analítica do percentual dos Benefícios e Despesas Indiretas-BDI, Encargos Sociais e Curva ABC de Serviços e Insumos, no prazo máximo de 02 (duas) horas, após convocação do agente, sob pena de Inabilitação, nos termos do § 5º, do Art. 56 da Lei Federal nº 14.133/21, e deverá:

11.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

11.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.1.3. O percentual de desconto ofertado pelo licitante deverá incidir de forma linear, uniforme e proporcional sobre todos os preços constantes do orçamento estimado integrante do instrumento convocatório, abrangendo o orçamento sintético e respectivas composições de custos unitários.

11.1.4. Em sua composição unitária, não poderão ser apresentados preços unitários diferenciados para o mesmo serviço de mão de obra.

11.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

11.3. Os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

11.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

11.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

11.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## 12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 1**0 (dez) minutos.**

12.3.3. Considerando a adoção da inversão de fases prevista no art. 17, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, a manifestação da intenção de recorrer contra os atos de habilitação ou inabilitação deverá ocorrer imediatamente após a divulgação da respectiva decisão, em campo próprio do sistema eletrônico, sob pena de preclusão.

12.3.4. O prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais, tanto em relação aos atos de habilitação ou inabilitação quanto aos atos de julgamento das propostas, terá início na data de intimação ou de lavratura da ata de julgamento, observada a apreciação dos recursos em fase única, nos termos do art. 165, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

## 13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

13.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

13.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

13.1.5. fraudar a licitação

13.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.2. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

13.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1. advertência;

13.2.2. multa;

13.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

13.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

13.4.1. Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

13.4.2. Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão, nos termos da Lei Federal 14.133/21 e do Decreto Municipal 389/2023.

13.11. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## 14. GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. *A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade concorrência, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.*

14.2. *O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.*

14.3. *O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.*

14.4. *A garantia de execução é independente de eventual garantia do serviço prevista especificamente no Termo de Referência.*

14.5. *Em caso de inadimplemento pelo Contratado, será executada a garantia contratual visando não causar riscos para administração.*

14.5.1. *Se a modalidade da garantia for através de seguradora, essa deverá assumir a execução e concluir o objeto do contrato* Lei nº 14.133/2021, art. 102).

14.5.2. *A seguradora figura como interveniente anuente do presente contrato, e nesta qualidade também deverá figurar dos termos aditivos que vierem a ser firmados, e poderá, se for o caso:*

14.5.3. *Ter livre acesso às instalações em que for executado o contrato principal.*

14.5.4. *Acompanhar a execução do contrato principal.*

14.5.5. *Ter acesso a auditoria técnica e contábil.*

14.5.6. *Requerer esclarecimentos ao responsável técnico pela obra ou pelo fornecimento*

14.5.7. *Na hipótese de inadimplemento do contratado, serão observadas as seguintes disposições:*

a) *Caso a seguradora execute e conclua o objeto do contrato, estará isenta da obrigação de pagar a importância segurada indicada na apólice.*

b) *Caso a seguradora não assuma a execução do contrato, pagará a integralidade da importância segurada indicada na apólice.*

14.6. Caso a garantia seja em dinheiro, o depósito deverá ser realizado em favor da contratante, na seguinte conta: agencia 1152-5, conta corrente 7152-8, banco do Brasil.

14.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

14.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

14.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

14.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.

14.11. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

14.11.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14.11.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n° 662, de 11 de abril de 2022.

14.12. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

14.13. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

## 15. DO REAJUSTE.

15.1. O reajuste será de acordo com as regras previstas no Termo de Referência e Contrato administrativo, oriundo da presente licitação.

## 16. ALTERAÇÕES DO CONTRATO.

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Art. 124 da Lei nº 14.133/2021, conforme regras previstas no Termo de Referência e Contrato administrativo, oriundo da presente licitação.

## 17. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

17.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

17.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de **até 3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo portal https://bnc.org.br/ ou através do e-mail: licitacaotanhacu@gmail.com.

17.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

17.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

17.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

18.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

18.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

18.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

18.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

18.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

18.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

18.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no https://doem.org.br/ba/tanhacu/editais, endereço eletrônico https://bnc.org.br/ e email: licitacaotanhacu@gmail.com.

18.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

18.11.1. anexo I –termo de referência/projeto básico (memorial descritivo, relatório fotográfico, projeto estrutural, planta de localização)

18.11.2. anexo II – minuta de termo de contrato
18.11.3. anexo III- proposta - modelo e observações
18.11.4. anexo IV - modelo declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação
18.11.5. anexo V - modelo de declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte
18.11.6. anexo VI - modelo de declaração de cumprimento do disposto no inciso xxxiii do art. 7º da constituição federal
18.11.7. anexo VII - modelo de declaração de cumprimento do disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da constituição federal
18.11.8. anexo VIII - modelo de declaração de cumprimento as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social conforme artigo 63, IV da lei federal nº 14.133
18.11.9. anexo IX – modelo de declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo
18.11.10. anexo X - modelo de procuração para a prática de atos concernentes ao certame
18.11.11. anexo XI declaração de renúncia de visita técnica

Tanhaçu/BA, 26 de outubro de 2026.

Luísa Passos Gonçalves Pinto
Sec. Municipal de Infraestrutura

ANEXO I. TERMO DE REFERÊNCIA
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 011/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO 237/2026

| | |
|---|---|
| **SECRETARIA DEMANDANTE:** | Sec. Municipal de Infraestrutura |

## 1. OBJETO E PRAZO DO CONTRATO:

1.1. O objeto da presente licitação é Contratação de empresa para construção de Praça no Bairro Jurema e Ponto de Taxi, no Município de Tanhaçu/BA, conforme projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais especificações constantes do edital e de seus anexos

1.2. Os documentos auxiliares e os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços de referência, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, constam dos autos do processo administrativo, bem como dos anexos do edital, especialmente da planilha orçamentária.

1.3. A presente contratação adota como regime a execução indireta.

1.4. O prazo de vigência da contratação é até 12 meses, contados da data da sua assinatura, prorrogável conforme regras previstas no instrumento contratual.

1.5. O prazo global estimado para a execução das obras e serviços é de 06 (seis) meses, contados a partir da emissão da ordem de serviço.

## 2. CLASSIFICAÇÃO COMO OBRA COMUM DE ENGENHARIA E FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Nos termos do parecer técnico do departamento de engenharia do município, que integra o processo administrativo, o presente objeto enquadra-se como obra comum de engenharia.

2.2. Dessa forma, aplicam-se no processo todas as condições e cláusulas previstas na Lei Federal 14.133/2021.

2.3. A fundamentação da contratação está prevista na Lei Federal 14.133/2021 e detalhada no Estudo Técnico Preliminar.

2.4. A Lei Federal 14.133/21, em seu artigo 6º, XXXVIII, dispõe, in verbis:

*"XXXVIII - **concorrência:** modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de **obras e serviços comuns e especiais de engenharia**, cujo critério de julgamento poderá ser:*

*a) menor preço;*

*b) melhor técnica ou conteúdo artístico;*

*c) técnica e preço;*

*d) maior retorno econômico;*

*e) maior desconto;"*

## 3. OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. O objetivo da presente contratação encontra-se devidamente descrito no Projeto Básico, o qual integra o presente Edital como anexo, onde estão estabelecidas todas as especificações, quantitativos e condições necessárias à execução do objeto.

## 4. JUSTIFICATIVA E NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. O Município de Tanhaçu/BA identificou a necessidade de qualificar a infraestrutura pública de lazer, integração social, circulação e permanência no Bairro Jurema, incluindo o espaço identificado no empreendimento como Praça do Ponto de Táxi. A intervenção enfrenta a insuficiência de áreas públicas adequadas à convivência, ao lazer e ao desenvolvimento de atividades comunitárias.

4.2. A falta de ambientes urbanizados e acessíveis afeta especialmente crianças, jovens, idosos e pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, reduzindo as oportunidades de interação social, de atividades ao ar livre e de apropriação coletiva do espaço urbano.

4.3. A proposta prevê a implantação de duas áreas de intervenção complementares, denominadas Praça Bairro Jurema e Praça Ponto de Táxi, com obras civis e infraestrutura urbana pertinentes a cada local, buscando melhorar as condições de acesso, uso, segurança, conforto e organização dos espaços.

4.4. A necessidade pública está associada à promoção da qualidade de vida, saúde e bem-estar, ao fortalecimento dos vínculos comunitários, à valorização do bairro e à criação de condições para ações culturais, sociais e educativas, de acordo com a proposta registrada no Transferegov.

4.5. A não contratação manteria as carências de infraestrutura e postergaria os benefícios sociais previstos, bem como a execução das metas pactuadas no instrumento federal de transferência de recursos.

## 5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A presente contratação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DE ESCOLA INFANTIL DE 04 SALAS NO MUNICÍPIO DE TANHAÇU/BA, conforme projeto padrão próprio desenvolvido pela Administração Municipal.

A contratação será precedida de procedimento licitatório na modalidade Concorrência, em sua forma eletrônica, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando a natureza do objeto, constituído por obra de engenharia, buscando-se assegurar ampla competitividade, isonomia entre os licitantes e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

O critério de julgamento adotado será o de menor preço, considerando o valor global da proposta, uma vez que os serviços que compõem o empreendimento apresentam natureza integrada e interdependente e deverão ser executados de forma coordenada, sendo tecnicamente recomendável a concentração da responsabilidade executiva em uma única empresa especializada.

A adoção do menor preço pelo valor global busca garantir maior objetividade ao julgamento das propostas e permitir a comparação do custo total ofertado para a execução integral do empreendimento, sem prejuízo da análise dos preços unitários constantes da planilha orçamentária apresentada pela licitante e de sua compatibilidade com os parâmetros definidos pela Administração.

Quanto ao regime de execução, será adotada a empreitada por preço global, mediante execução indireta, pela qual a Administração contratará a execução da obra por preço certo e total, conforme projetos, memoriais, especificações, planilha orçamentária e demais documentos técnicos que definem o objeto

A solução consiste na construção e urbanização da Praça Bairro Jurema e da Praça Ponto de Táxi, compreendendo infraestrutura de implantação, adequação de terreno, estruturas de apoio, pisos e passeios, medidas de acessibilidade, instalações e equipamentos necessários ao uso público. Integram o objeto os serviços, materiais, mão de obra, equipamentos, testes, limpeza, entrega e demais providências previstas nos elementos técnicos.

Praça Bairro Jurema

Abrange organização do canteiro, serviços de terraplenagem e compactação, estruturas, alvenarias e revestimentos, esquadrias, pavimentação, circulação acessível, cobertura de quiosque, instalações elétricas e hidrossanitárias, soluções sanitárias, paisagismo e mobiliário urbano, conforme os 13 agrupadores da planilha específica.

Praça Ponto de Táxi

Abrange os serviços preliminares, movimentação de terra, estrutura de concreto e estrutura metálica, alvenarias e acabamentos, esquadrias, instalações elétricas e hidráulicas, tratamento sanitário e serviços finais, nos 10 agrupadores orçamentários correspondentes. Deverão ser observadas as características da estrutura metálica e de seus elementos de apoio previstas nos projetos.

## 6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

• Execução integral dos serviços previstos nas peças técnicas, com fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, transporte, mobilização e demais insumos necessários;

• Atendimento às normas da ABNT, especialmente às disposições aplicáveis de acessibilidade (ABNT NBR 9050), instalações elétricas, estruturas e pavimentação, bem como às normas de segurança do trabalho;

• Emprego de materiais novos, compatíveis com as especificações e com durabilidade e condições de manutenção adequadas ao uso público;

• Registro e regularidade dos profissionais e empresas perante os conselhos profissionais competentes, com ART/RRT das atividades técnicas exigíveis;

• Capacidade técnica compatível com os serviços relevantes do orçamento, segundo exigências proporcionais previstas no edital;

• Cumprimento do cronograma físico-financeiro, dos projetos executivos, das condicionantes ambientais e das orientações da fiscalização;
• Preservação do acesso e da segurança da população nas áreas adjacentes, com isolamento, sinalização e controle de poeira, ruído e resíduos;
• Os preços propostos pela contratada devem ser competitivos e razoáveis em comparação com o mercado, levando em consideração a qualidade dos materiais e serviços oferecidos, devendo ser iguais ou menores ao preço global e aos preços unitários da planilha orçamentária base da licitação. Os custos de mobilização, desmobilização, alimentação e transporte dos trabalhadores, combustível, seguros e todos os demais custos/encargos envolvidos na realização dos serviços estarão a cargo da contratada, ou seja, na proposta de preço deverá compreender todas as despesas decorrentes do fornecimento de materiais e mão de obra necessária à execução do objeto;
• Execução e aceitação dos serviços mediante critérios de medição e fiscalização previstos no edital e contrato, com observância da legislação aplicável.

Subcontratação, garantias e exigências comerciais

A possibilidade e os limites de subcontratação parcial, eventual garantia contratual e demais exigências serão estabelecidos de forma motivada no edital e no contrato, de acordo com a Lei nº 14.133/2021. Não se exigirão marcas exclusivas sem justificativa técnica e legal. A eventual exigência de amostras deverá ser expressamente motivada.

Características técnicas fundamentais

Na Praça Bairro Jurema, o orçamento contempla serviços preliminares, terraplenagem, estruturas e alvenarias, esquadrias, pavimentação e acessibilidade, cobertura de quiosque, instalações elétricas e hidrossanitárias, fossa séptica, paisagismo, mobiliário urbano e serviços finais. Para a Praça do Ponto de Táxi, constam serviços preliminares, terraplenagem, estruturas, alvenarias e revestimentos, estrutura metálica, esquadrias, instalações elétricas e hidráulicas, fossa séptica e serviços finais.

A intervenção deverá executar, entre outros serviços previstos na planilha, piso intertravado, guias de concreto, rampas com piso podotátil, iluminação e equipamentos urbanos, respeitando a localização, dimensões, características e quantitativos dos documentos técnicos do empreendimento.

## 6.2. Vistoria

6.2.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 07:00 horas às 17:00 horas;

6.2.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia;

6.2.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria;

6.2.4. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

6.2.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## 6.3. Garantia da contratação

6.3.1. Deverá ser prestada garantia financeira, antes da lavratura do termo contratual, no valor de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, que será prestada mediante depósito no Tesouro Municipal,com memorando a ser retirado na unidade contratante para este fim;
6.3.2. A garantia contratual será prestada nas modalidades previstas no artigo 96, § 1°, da Lei Federal n° 14.133/21;
6.3.3. Sempre que o valor contratual for aumentado ou o contrato tiver sua vigência prorrogada, a contratada será convocada a reforçar a garantia, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, de forma a que corresponda sempre a mesma percentagem estabelecida;
6.3.4. O não cumprimento do disposto na cláusula supra, ensejará aplicação de penalidade;
6.12.5. A garantia exigida pela Administração poderá ser utilizada para satisfazer débitos decorrentes da execução do contrato e/ou de multas aplicadas à empresa contratada.

## 6.4. Garantia da proposta

6.5.1. Será exigida dos licitantes, como requisito de pré-habilitação, garantia de proposta correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, nos termos do art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo sua comprovação ser apresentada juntamente com a proposta inicial, sob pena de desclassificação.
6.5.2. A garantia de proposta poderá ser prestada, a critério do licitante, em qualquer das modalidades previstas no art. 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, observadas as condições legalmente aplicáveis:
I – caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
II – seguro-garantia;
III – fiança bancária;
IV – título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total, quando atendidas as condições legais.

6.5.3. Na hipótese de caução em dinheiro, o valor deverá ser depositado na seguinte conta bancária:
Banco: Banco do Brasil
Agência: 1152-5
Conta Corrente: 7.455-1
6.5.4. A garantia de proposta deverá possuir prazo de validade mínimo de 90 (noventa) dias, contado da data prevista para abertura da sessão pública, independentemente do prazo de validade da proposta comercial, devendo permanecer válida durante o período estabelecido, observadas as condições da modalidade escolhida.
6.5.5. A comprovação da garantia deverá ocorrer mediante apresentação de documento válido e idôneo, correspondente à modalidade escolhida pelo licitante. Na hipótese de caução em dinheiro, deverá ser apresentado o respectivo comprovante de depósito. Nas demais modalidades, será exigido o instrumento comprobatório pertinente, não sendo obrigatório comprovante de pagamento quando incompatível com a natureza da garantia apresentada.
6.5.6. A ausência de apresentação da garantia de proposta no prazo estabelecido, sua prestação em valor inferior ao exigido ou a apresentação em desconformidade insanável com as condições deste Edital implicará a desclassificação do licitante, observadas as possibilidades legais de diligência e saneamento de falhas formais.
6.5.7. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação, conforme o art. 58, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

## 7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Da dinâmica de execução do objeto
7.1.1. A execução do objeto compreenderá a realização de obra de engenharia destinada à construção de Praça no Bairro Jurema e implantação de Ponto de Táxi na Avenida Lauro de Freitas, no Município de Tanhaçu/BA, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Projeto Básico, no Memorial Descritivo, nos projetos arquitetônicos e complementares, nas planilhas orçamentárias, nas composições de custos unitários e no cronograma físico-financeiro.
7.1.2. A execução contratual será realizada de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, mediante fornecimento de materiais, equipamentos, ferramentas, mão de obra e demais recursos necessários à execução integral dos serviços, conforme os quantitativos efetivamente executados e regularmente medidos, observadas as condições contratuais.
7.1.3. A CONTRATADA deverá iniciar efetivamente os serviços no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados do primeiro dia útil seguinte à publicação da Ordem de Execução de Serviços no Diário Oficial do Município de Tanhaçu/BA, desde que o contrato esteja regularmente formalizado e eficaz e estejam asseguradas as condições necessárias ao início da obra, inclusive a disponibilização das áreas de intervenção.
7.1.4. O prazo de execução da obra será de 06 (seis) meses, contados da publicação da Ordem de Execução de Serviços no Diário Oficial do Município, devendo a CONTRATADA cumprir rigorosamente os prazos, as etapas e as metas estabelecidas no cronograma físico-financeiro aprovado, observadas as condições contratuais.
7.1.5. A CONTRATADA deverá manter ritmo de execução compatível com o cronograma físico-financeiro, disponibilizando tempestivamente os profissionais, materiais, equipamentos e demais recursos necessários ao cumprimento dos prazos previstos para cada etapa da obra.

7.1.5.1. A fiscalização municipal acompanhará a evolução física da obra e verificará o cumprimento das etapas previstas no cronograma, podendo determinar a adoção de medidas corretivas e a apresentação de plano de recuperação em caso de atrasos imputáveis à CONTRATADA.
7.1.5.2. O descumprimento injustificado do prazo de início dos serviços, das etapas intermediárias ou do prazo final de execução sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas no contrato e na Lei Federal nº 14.133/2021, mediante regular procedimento administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
7.1.5.3. A CONTRATADA deverá comunicar formalmente à fiscalização qualquer ocorrência capaz de comprometer o cumprimento do cronograma, apresentando as justificativas e as providências necessárias à regularização da execução.
7.1.5.4. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado pelo tempo correspondente, mediante registro formal, nos termos do art. 115, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais hipóteses legais de alteração contratual.
7.1.6. A execução da Praça do Bairro Jurema compreenderá, conforme os projetos e a planilha orçamentária, os serviços preliminares, preparação do terreno, terraplenagem, execução de estruturas, alvenarias e revestimentos, pavimentação, acessibilidade, instalações elétricas e hidrossanitárias, paisagismo, instalação de mobiliário urbano, equipamentos e demais elementos previstos no projeto.
7.1.7. A execução do Ponto de Táxi compreenderá os serviços preliminares, preparação do terreno, fundações e estruturas, alvenarias, revestimentos, esquadrias, execução de cobertura metálica, instalações elétricas e hidrossanitárias, implantação de escritório e dois banheiros, além dos demais serviços previstos nos projetos e documentos técnicos.
7.1.8. A CONTRATADA deverá observar rigorosamente as especificações técnicas, os métodos executivos, os padrões de qualidade e os quantitativos previstos nos documentos que integram a contratação, sendo vedada a alteração unilateral dos projetos, materiais ou soluções construtivas sem prévia autorização da Administração, observadas as hipóteses legais de alteração contratual.
7.1.9. A execução deverá observar as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, as normas regulamentadoras de segurança e saúde no trabalho, a legislação ambiental aplicável e as demais disposições técnicas e legais pertinentes à natureza dos serviços.
7.1.10. Os serviços executados estarão sujeitos ao acompanhamento, à fiscalização e à medição pela Administração Municipal, mediante verificação da conformidade com os projetos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias e demais condições contratuais.
7.2. Local e horário da execução dos serviços
7.2.1. Os serviços serão executados no Município de Tanhaçu, Estado da Bahia, compreendendo a área destinada à construção da Praça no Bairro Jurema e a área de implantação do Ponto de Táxi, localizada na Avenida Lauro de Freitas, conforme localização e delimitação constantes dos projetos técnicos.
7.2.2. A execução ocorrerá, preferencialmente, em dias úteis e em horário diurno, observadas as condições de funcionamento das atividades públicas, as normas municipais pertinentes e a necessidade de preservação da segurança dos trabalhadores e da população.
7.2.3. A realização de atividades em horários extraordinários, finais de semana ou feriados poderá ocorrer quando tecnicamente necessária ao cumprimento do cronograma ou à adequada execução dos serviços, desde que previamente comunicada e autorizada pela fiscalização municipal, observadas as disposições legais

aplicáveis.
7.2.4. A CONTRATADA deverá organizar suas atividades de modo a minimizar transtornos à circulação de pedestres, veículos, moradores e usuários das áreas próximas à intervenção, adotando medidas adequadas de sinalização, isolamento e proteção das frentes de serviço.
7.3. Rotinas a serem cumpridas
7.3.1. A execução contratual deverá observar as rotinas estabelecidas neste Termo de Referência, no Memorial Descritivo, nos projetos técnicos, nas planilhas orçamentárias, no cronograma físico-financeiro e nas determinações formalizadas pela fiscalização municipal.
7.3.2. Antes do início dos serviços, a CONTRATADA deverá providenciar a mobilização de pessoal, equipamentos, ferramentas e materiais necessários, bem como apresentar a documentação técnica de sua responsabilidade exigida para o início da execução, inclusive a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART de execução, quando cabível.
7.3.3. A CONTRATADA deverá manter profissional legalmente habilitado como responsável técnico pela execução da obra, assegurando o acompanhamento dos serviços e a observância das condições técnicas previstas nos documentos da contratação.
7.3.4. A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o cronograma físico-financeiro aprovado, observando os prazos estabelecidos para cada etapa da obra e adotando as providências necessárias para evitar atrasos na execução contratual.
7.3.4.1. A fiscalização municipal acompanhará periodicamente a evolução física dos serviços, confrontando os quantitativos efetivamente executados com as metas previstas no cronograma, podendo determinar a apresentação de medidas corretivas e de plano de recuperação quando identificados atrasos imputáveis à CONTRATADA.
7.3.4.2. A apresentação de plano de recuperação do cronograma não implicará, por si só, prorrogação dos prazos contratuais, afastamento de responsabilidades ou dispensa das sanções legalmente cabíveis.
7.3.5. A CONTRATADA deverá manter as áreas de intervenção devidamente organizadas, sinalizadas e protegidas, adotando as medidas necessárias à prevenção de acidentes e à preservação da integridade física dos trabalhadores, usuários e demais pessoas que circulem nas proximidades.
7.3.6. Os materiais empregados deverão atender às especificações técnicas dos projetos e do Memorial Descritivo, cabendo à fiscalização rejeitar aqueles que apresentem desconformidade com as condições estabelecidas na contratação.
7.3.7. Os serviços executados em desacordo com as especificações técnicas ou que apresentem defeitos decorrentes de execução inadequada deverão ser corrigidos, reparados ou refeitos pela CONTRATADA, às suas expensas, nos termos do art. 119 da Lei Federal nº 14.133/2021.
7.3.8. A CONTRATADA deverá manter registro das atividades executadas, das condições relevantes de andamento da obra, das ocorrências e das orientações recebidas, mediante diário de obra ou instrumento equivalente definido pela fiscalização.
7.3.9. As medições deverão corresponder aos serviços efetivamente executados e aceitos pela fiscalização, observados os quantitativos, preços unitários contratados e critérios de medição estabelecidos nos documentos técnicos.
7.3.10. Ao término da execução, a CONTRATADA deverá promover a limpeza geral das áreas, a retirada dos materiais excedentes, equipamentos e instalações provisórias desnecessárias, bem como a correção de eventuais pendências identificadas pela fiscalização, observadas as condições para recebimento provisório e definitivo do

objeto.
7.4. Materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios a serem disponibilizados
7.4.1. Para a adequada execução do objeto, a CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas, utensílios e demais recursos necessários à realização dos serviços, em quantidades suficientes e com características compatíveis com as especificações estabelecidas nos projetos, no Memorial Descritivo e na planilha orçamentária.
7.4.2. Os materiais empregados deverão ser novos, quando assim exigido pelas especificações técnicas, de qualidade compatível com a finalidade prevista e em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, sendo vedada a utilização de materiais inadequados, danificados ou em desacordo com os documentos da contratação.
7.4.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar os equipamentos necessários às atividades de preparação do terreno, escavação, compactação, execução de estruturas, pavimentação, instalações elétricas e hidrossanitárias, montagem de estruturas metálicas, acabamentos, paisagismo e demais serviços previstos, conforme as necessidades de cada etapa construtiva.
7.4.4. Os equipamentos e ferramentas utilizados deverão apresentar condições adequadas de funcionamento, conservação e segurança, cabendo à CONTRATADA realizar sua manutenção e substituição sempre que necessário, sem prejuízo do cumprimento das obrigações contratuais.
7.4.5. A CONTRATADA será responsável pelo transporte, armazenamento, guarda, conservação e utilização dos materiais e equipamentos empregados na obra, adotando medidas destinadas a evitar perdas, danos, desperdícios e comprometimento da qualidade dos serviços.
7.4.6. A CONTRATADA deverá fornecer aos trabalhadores os Equipamentos de Proteção Individual – EPI e disponibilizar os Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC necessários, de acordo com os riscos das atividades executadas e as normas regulamentadoras aplicáveis.
7.4.7. O fornecimento dos materiais, equipamentos e demais insumos deverá observar as composições de custos e os preços contratados, não sendo admitida cobrança adicional por recursos necessários à execução dos serviços já contemplados nas obrigações contratuais, ressalvadas as hipóteses legais de alteração do contrato.
7.5. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta
7.5.1. Para elaboração e dimensionamento da proposta, os licitantes deverão considerar as características técnicas, operacionais e quantitativas da obra, conforme os projetos, Memorial Descritivo, planilhas orçamentárias, composições de custos unitários, cronograma físico-financeiro e demais documentos integrantes da contratação.
7.5.2. A intervenção compreende a implantação de Praça no Bairro Jurema, com área aproximada de 950,00 m², e a construção de Ponto de Táxi na Avenida Lauro de Freitas, com área de referência de aproximadamente 238,42 m², incluindo escritório, dois banheiros e os demais elementos previstos nos respectivos projetos.
7.5.3. A proposta deverá contemplar os custos necessários à execução integral dos serviços previstos, incluindo materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, transporte, mobilização, desmobilização, encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e tributários, despesas administrativas, seguros exigíveis, medidas de segurança e demais custos diretos e indiretos relacionados à execução do objeto.
7.5.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar profissionais em número e qualificação compatíveis com as etapas de execução da obra, inclusive responsável técnico

legalmente habilitado, trabalhadores especializados, operadores de equipamentos e demais profissionais necessários ao cumprimento das obrigações contratuais.
7.5.5. Serão de responsabilidade da CONTRATADA todas as despesas relativas à contratação, remuneração, transporte e demais obrigações legais relacionadas aos profissionais utilizados na execução dos serviços, inexistindo vínculo empregatício entre esses trabalhadores e a Administração Municipal.
7.5.6. A CONTRATADA deverá considerar, na composição de seus preços, os custos relacionados à disponibilização, operação, manutenção, abastecimento, transporte e substituição dos equipamentos necessários à execução dos serviços, conforme as características e exigências técnicas de cada etapa.
7.5.7. A proposta deverá contemplar os custos relacionados à segurança do trabalho, inclusive fornecimento e reposição de EPI, disponibilização de EPC, sinalização das áreas de intervenção e adoção das medidas preventivas necessárias ao desenvolvimento das atividades.
7.5.8. Os licitantes deverão considerar as condições de acesso às áreas de intervenção, as características dos serviços, as necessidades de logística e armazenamento de materiais, a mobilização das equipes e a sequência de execução estabelecida no cronograma físico-financeiro.
7.5.9. O dimensionamento da proposta deverá observar o regime de empreitada por preço unitário, considerando os quantitativos previstos na planilha orçamentária e os critérios de medição e pagamento estabelecidos no contrato, sem prejuízo das alterações quantitativas legalmente admitidas.
7.5.10. A CONTRATADA deverá observar as exigências ambientais aplicáveis à execução da obra, especialmente quanto ao acondicionamento e à destinação adequada dos resíduos da construção civil, ao controle de poeira e ruídos, à prevenção de danos às áreas adjacentes e à utilização racional dos materiais.7.5.11. A elaboração da proposta deverá considerar todos os elementos técnicos disponibilizados pela Administração, de modo a assegurar a compatibilidade dos preços ofertados com as condições necessárias à execução adequada e integral do objeto.

## 7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

8.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária do município de Tanhaçu:

Órgão: 2- PREFEITURA MUNICIPAL DE TANHAÇU
SECRTARIA: 0207000 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
Ação: 1007 - OBRAS PÚBLICAS MUNICIPAIS
Ação: 1012 - CONSTRUÇÃO MANUTENÇÃO E REFORMAS DE PRAÇAS E JARDINS
Ação: 2025 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
Elemento de Despesa: 4.4.90.51 – Obras e Instalações

## 8. ESTIMATIVA DOS PREÇOS REFERENCIAIS E ORÇAMENTO:

9.1. O custo estimado da contratação é de R$ 544.852,28 (quinhentos e quarenta e quatro oitocentos e cinquenta e dois reais e vinte e oito centavos).
9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado.

## 10. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação.

## 11. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA.

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 12. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.

12.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
12.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
12.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
12.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
12.5. Após a assinatura do contrato administrativo ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial visando a apresentação do plano de trabalho e fiscalização.
12.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
12.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
12.8. Os serviços serão executados de acordo com o cronograma físico-financeiro, anexo ao presente termo de referência;
12.9. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.
12.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
12.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º.
12.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
12.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
12.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor

do contrato.
12.15. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
12.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
12.17. Caso entenda necessário, o gestor poderá nomear apenas um fiscal para exercer todas as formas de fiscalização do contrato administrativo.
12.18. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
12.19. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
12.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
12.21. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
12.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
12.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
12.24. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.
12.25. O gestor do contrato deverá elaborará relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

## 13. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

### 13.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

13.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

## 13.2. REGIME DE EXECUÇÃO E CRITÉRIO E ACEITABILIDADE DE PREÇOS

13.2.1. O contratado será selecionado por meio da realização de processo licitatório na modalidade concorrência eletrônica.
13.2.2. O critério de aceitabilidade de preços será: valor global, conforme valor estimado da contratação.
13.2.3. O modo de disputa adotado será ABERTO.
13.2.4. O regime de execução do contrato será indireta por menor preço unitário.
13.2.5. O critério de julgamento dos preços deverá ser o menor preço global.
13.2.6. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021.).
13.2.7. Conforme artigo 54 § 4º, no caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

## 13.3. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

O agente de contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
c) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “a”, “b” e “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU. (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/).
13.3.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### 13.3.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

13.3.1.1.1. **Pessoa física e sócio da empresa licitante**: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
13.3.1.1.2. No caso de **empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
13.3.1.1.3. Em se tratando de **microempreendedor individual – MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
13.3.1.1.4. No caso de **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU** ou **Sociedade Empresária ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI**: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

13.3.1.1.5. Inscrição no **Registro Público de Empresas Mercantis** onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
13.3.1.1.6. No caso de **sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
13.3.1.1.7. No caso de **cooperativa**: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
13.3.1.1.8. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.
13.3.1.1.9. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
13.3.1.1.10. No caso de **empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País**: decreto de autorização;
13.3.1.1.11. Os documentos acima deverão estar acompanhados de **todas as alterações ou da consolidação respectiva**;

**13.3.1.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

13.3.1.2.1. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)** ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;
13.3.1.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual **e/ou** municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
13.3.1.2.3. Prova de regularidade fiscal perante **a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
13.3.1.2.4. Prova de regularidade com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);**
13.3.1.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante **a justiça do trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;
13.3.1.2.6. Prova de regularidade junto à **Fazenda Estadual**, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;
13.3.1.2.7. Prova de regularidade junto à **Fazenda Municipal**, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;
13.3.1.2.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente

alguma restrição, sob pena de inabilitação.

13.3.1.2.9. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei

**13.3.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.**

13.3.1.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

13.3.1.3.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, comprovando;

13.3.1.3.3. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

13.3.1.3.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

13.3.1.3.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

13.3.1.3.6. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

13.3.1.3.7. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação **capital mínimo de 10%** do **valor** total estimado da contratação.

13.3.1.3.8. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

13.3.1.3.9. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

**13.3.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.**

**a) Registro e regularidade profissional**

a.1. Apresentação de Certidão de Registro e Quitação da Pessoa Jurídica, ou documento equivalente que comprove o registro regular da empresa licitante perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, conforme a natureza das atividades objeto da contratação e a legislação profissional aplicável.

a.2. Apresentação de Certidão de Registro e Quitação da Pessoa Física, ou documento equivalente que comprove o registro regular do profissional indicado como responsável técnico perante o respectivo conselho profissional competente.

**b) Qualificação técnico-profissional**

b.1. Comprovação de que a licitante dispõe de profissional legalmente habilitado, detentor de Certidão de Acervo Técnico – CAT, ou documento equivalente legalmente admitido, que demonstre experiência anterior na execução de serviços de características semelhantes e de complexidade equivalente ou superior aos previstos no objeto da contratação, especialmente em serviços de estruturas metálicas e pavimentação.

b.2. A comprovação de que o profissional indicado integra ou integrará a equipe técnica

da licitante poderá ocorrer mediante contrato social, registro empregatício, contrato de prestação de serviços ou declaração de compromisso de contratação, observadas as disposições legais aplicáveis.
b.3. O profissional indicado deverá participar da execução contratual, admitida sua substituição por outro de experiência equivalente ou superior, mediante aprovação da Administração.

**c) Qualificação técnico-operacional**

c.1. Apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução anterior, pela empresa licitante, de serviços de características semelhantes e de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior às parcelas relevantes do objeto, especialmente:
I – execução ou montagem de estruturas metálicas destinadas a edificações, coberturas ou estruturas similares;
II – execução de pavimentação com piso intertravado de concreto ou serviço tecnicamente equivalente.
c.2. Não serão exigidos quantitativos mínimos de execução anterior, sendo suficiente a comprovação de experiência compatível com a natureza e a complexidade dos serviços indicados.
c.3. Será admitida a apresentação de mais de um atestado, observadas as condições estabelecidas neste Edital e na legislação aplicável.

**d) Visita técnica ou declaração de renúncia**

d.1. Será facultada aos licitantes a realização de visita técnica ao local de execução dos serviços, com a finalidade de conhecer as condições físicas, operacionais e demais particularidades que possam influenciar a elaboração da proposta e a execução contratual.
d.2. O licitante deverá apresentar, alternativamente:
I – Declaração de Visita Técnica, comprovando que realizou vistoria ao local de execução dos serviços; ou
II – Declaração de Renúncia à Visita Técnica, assinada pelo responsável técnico da licitante, atestando o conhecimento das condições e peculiaridades da contratação e assumindo a responsabilidade pela decisão de não realizar a visita presencial.
d.3. A não realização da visita técnica não constituirá motivo de inabilitação, desde que apresentada a declaração de renúncia prevista no inciso II.
d.4. A realização da visita técnica, quando escolhida pelo licitante, deverá ser previamente agendada junto ao setor competente da Administração Municipal, asseguradas condições isonômicas aos interessados.

## 13.3.1.5. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

13.3.1.5.1. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
13.3.1.5.2. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
13.3.1.5.3. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
13.3.1.5.4. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

13.3.1.5.5. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
13.3.1.5.6. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
13.3.1.5.7. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
13.3.1.5.8. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## 14. Do recebimento e liquidação

14.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, **por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.**

14.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade
14.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos do contrato, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a , da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).
14.4. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
14.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
14.5.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
14.5.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
14.5.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
14.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

14.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

14.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

14.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

14.9.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nas informações constantes nos relatórios, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

14.9.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

14.9.3. Emitir Termo para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

14.9.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

14.9.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

14.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

14.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

14.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

14.13. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa, no mínimo, os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;

b) a data da emissão;

c) os dados do contrato e do órgão contratante;

d) o período respectivo de execução do contrato;

e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

14.14. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

## 15. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E DO PAGAMENTO.

15.1. Os serviços serão medidos na sua totalidade e em conformidade com as atividades desenvolvidas, conforme a planilha orçamentária apresentada conjuntamente no Edital de Licitação, conforme as orientações da FISCALIZAÇÃO e as especificações técnicas deste Termo de Referência.
15.2. Os serviços serão medidos e, consequentemente pagos, de acordo com a quantidade de serviços realizados, devidamente aprovados pela fiscalização da contratante.
15.3. Após a aprovação da medição pela FISCALIZAÇÃO, poderá a CONTRATADA emitir e apresentar a respectiva nota fiscal, devidamente acompanhada dos demais documentos pertinentes, para que a FISCALIZAÇÃO anexe toda a documentação na prestação de contas e a equipe técnica poder analisar a documentação e assim efetuar o devido pagamento, nos termos do edital e do contrato.
15.4. As notas fiscais/faturas com a discriminação dos serviços executados deverão ser apresentadas à FISCALIZAÇÃO para o atesto das mesmas.
15.5. A avaliação da execução do objeto utilizará relatório emitido pelo contratado, bem como os documentos de fiscalização elaborados pelo fiscal do contrato.
15.5.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
15.5.1.1. não produzir os resultados acordados,
15.5.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
15.5.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
15.6. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, sempre após a realização das entregas.
15.7. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
15.8. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 Lei nº 14.133/2021.

15.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
15.10. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
15.11. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada de forma on-line consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
15.12. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
15.13. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
15.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
15.15. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
15.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.
15.17. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
15.18. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
15.19. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
15.20. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## 16. DO REAJUSTE.

16.1. Os preços contratados poderão sofrer reajuste, aplicando-se o índice IPCA, cuja data-base está vinculada à data do orçamento estimado, nos termos do art. 25, §7º da Lei nº 14.133/2021.
16.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
16.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
16.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
16.5. Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
16.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
16.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 17. ALTERAÇÕES DO CONTRATO.

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
17.2. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
17.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
17.4. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.
17.5. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar as consequências indicadas no art. 139 da Lei 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021 e no Termo de Referência, anexo ao Edital.
17.6. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:
17.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
17.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
17.6.3. Indenizações e multas.

## 18. EXTINÇÃO DO CONTRATO

18.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

18.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

18.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

18.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

18.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

18.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

18.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

18.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

18.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

18.4.3. Indenizações e multas.

18.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021).

18.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

## 19. DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO

19.1. O futuro contrato poderá ser rescindido, a critério da Contratante, nas hipóteses de inadimplemento parcial ou total de quaisquer obrigações contidas neste termo de referência, nos termos do art. 137 da Lei Federal 14.133/2021, desde que efetivamente reste comprovado prejuízo à finalidade pública pretendida com a contratação;

19.2. Cabe à parte prejudicada ou interessada a comprovação do efetivo prejuízo que justifique a rescisão contratual, caso ocorra quaisquer dos motivos indicados na legislação;

19.3. A rescisão contratual será processada nos autos de processo de gestão, sempre se garantindo o contraditório e a ampla defesa;

19.4. Na ocorrência de rescisão contratual, ficam assegurados os direitos da Administração contidos na legislação, sem prejuízo de quaisquer outros previstos pela legislação

## 20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

I. Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;

II. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

III. Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

IV. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
V. Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VI. Apresentar declaração ou documentação falsa;
VII. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
VIII. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
IX. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
X. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

20.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado dos itens prejudicados pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações.

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

20.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

20.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do município de ...../BA, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

20.6. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o município de Tanhaçu/BA poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e a gravidade da conduta do infrator, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

20.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
20.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
20.12. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no órgão Oficial de Imprensa do órgão ou entidade pública.

## 21. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

23.1. Compete à Administração Pública, por meio da fiscalização designada, sem prejuízo de outras atribuições legais:
23.1. 1. Acompanhar e fiscalizar a execução das obras e serviços, verificando o cumprimento do Projeto Básico, das especificações técnicas, do cronograma e do contrato;
23.1. 2. Atuar de forma preventiva e orientativa, sem prejuízo do exercício do poder-dever de fiscalização e de aplicação de medidas corretivas;
23.1. 3. Registrar formalmente as ocorrências relevantes durante a execução, inclusive inconformidades e determinações à contratada;
23.1. 4. Conferir e atestar as medições dos serviços executados, condicionando o pagamento ao efetivo atendimento das condições contratuais;
23.1. 5. Determinar a correção, adequação ou refazimento de serviços executados em desacordo com as especificações técnicas ou com desempenho inferior ao exigido;
23.1. 6. Suspender a execução de serviços que apresentem risco à segurança, ao meio ambiente ou ao interesse público;
23.1. 7. Autorizar, quando tecnicamente justificado, ajustes no cronograma ou nos métodos executivos, observadas as hipóteses legais;
23.1. 8. Emitir os termos de recebimento provisório e definitivo, após as vistorias técnicas cabíveis;
23.1. 9. Adotar as providências administrativas necessárias à boa execução do contrato, inclusive aplicação de penalidades, quando cabíveis;
23.1. 10. Zelar pela observância dos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, transparência e interesse público.

## 22. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

24.1. Constituem obrigações da empresa contratada, além daquelas previstas na legislação vigente, no contrato e no instrumento convocatório:
24.1. 1. Executar integralmente as obras e serviços de engenharia em estrita conformidade com este Projeto Básico, com o Estudo Técnico Preliminar, com o contrato, com o cronograma físico-financeiro e com as especificações técnicas aplicáveis;
24.1.2. Disponibilizar equipe técnica habilitada, devidamente registrada no conselho profissional competente, mantendo engenheiro responsável técnico e encarregado de obra durante toda a execução dos serviços;
24.1. 3. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas, insumos e mão de obra necessários à execução do objeto, em conformidade com as composições orçamentárias e os métodos executivos previstos;
24.1. 4. Garantir que os materiais empregados atendam às especificações técnicas,

sendo vedada a utilização de materiais fora de padrão ou sem aprovação da fiscalização;
24.1. 5. Cumprir rigorosamente o cronograma físico-financeiro, adotando medidas corretivas imediatas em caso de desvios injustificados;
24.1. 6. Manter organização, limpeza e segurança no local da obra, prevenindo danos ao meio ambiente, a terceiros e ao patrimônio público ou privado;
24.1. 7. Observar integralmente as normas de segurança do trabalho, especialmente a NR-18, fornecendo equipamentos de proteção individual e coletiva aos trabalhadores;
24.1. 8. Manter atualizados os registros de execução, medições, relatórios e demais documentos técnicos solicitados pela fiscalização;
24.1. 9. Atender prontamente às determinações da fiscalização, corrigindo, refazendo ou ajustando serviços que não atendam às especificações técnicas ou aos parâmetros de desempenho definidos;
24.1.10. Responder por todos os ônus, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato;
24.1. 11. Comunicar formalmente à Administração qualquer ocorrência que possa comprometer o prazo, o custo ou a qualidade da obra;
24.1.12. Proceder à desmobilização completa ao final da execução, com recomposição das áreas afetadas e retirada de materiais remanescentes;
24.1. 13. Garantir a qualidade e a durabilidade dos serviços executados, respondendo por eventuais vícios ou defeitos, nos termos da legislação aplicável.

**Anexos:** PROJETO BÁSICO (PLANTAS (DESENHO), MEMORIAL DESCRITIVO, ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS; CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.

**ANEXO II – MODELO CONTRATO ADMINISTRATIVO**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../...., QUE FAZEM ENTRE SI O [município], POR INTERMÉDIO DO (A) *[órgão contratante]* E [empresa]

*O* **MUNICÍPIO DE TANHAÇU** por intermédio do(a) ..... (*órgão contratante*), com sede no(a) [indicar endereço completo], inscrito(a) no CNPJ sob o nº xx.xxx.xxx/0001-xx, neste ato representado(a) pelo(a) ..... (*cargo e nome*), inscrito no Cadastro de Pessoa Física (CPF) sob o n° xxx.xxx.xxx-xx e portador do RG n° xxxxxxx SSP/UF, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o **[INDICAR RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA]**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na [indicar endereço completo], inscrita no CNPJ/MF sob nº. xx.xxx.xxx/0001-xx, NESTE ato representada pelo seu representante legal o/a Sr(a). ....., inscrito no Cadastro de Pessoa Física (CPF) sob o n° **xxx.xxx.xxx-xx** e portador do RG n° xxxxxxx SSP/UF, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº *237/2026*, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Concorrência Eletrônica nº 011/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é Contratação de empresa para construção de Praça no Bairro Jurema e Ponto de Taxi, no Município de Tanhaçu/BA., conforme projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais especificações constantes do edital e de seus anexos

1.2. *Objeto da contratação:*

[ESPECIFICAÇÃO /PLANILHA]

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3. O Termo de Referência;

1.4. O Edital da Licitação;

1.5. A Proposta do contratado;

1.6. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.7. O regime de execução é o empreitada por preço unitário

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de ..... contados do(a) ....., prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando-se especialmente para:

a) Estar formalmente demonstrado no processo a necessidade da prorrogação;

b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente, ou que há necessidade da prorrogação;

c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço ou necessidade do referido;

d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. Da dinâmica de execução do objeto

3.1.1. A execução do objeto compreenderá a realização de obra de engenharia destinada à construção de Praça no Bairro Jurema e implantação de Ponto de Táxi na Avenida Lauro de Freitas, no Município de Tanhaçu/BA, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Projeto Básico, no Memorial Descritivo, nos projetos arquitetônicos e complementares, nas

planilhas orçamentárias, nas composições de custos unitários e no cronograma físico-financeiro.

3.1.2. A execução contratual será realizada de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, mediante fornecimento de materiais, equipamentos, ferramentas, mão de obra e demais recursos necessários à execução integral dos serviços, conforme os quantitativos efetivamente executados e regularmente medidos, observadas as condições contratuais.

3.1.3. A CONTRATADA deverá iniciar efetivamente os serviços no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados do primeiro dia útil seguinte à publicação da Ordem de Execução de Serviços no Diário Oficial do Município de Tanhaçu/BA, desde que o contrato esteja regularmente formalizado e eficaz e estejam asseguradas as condições necessárias ao início da obra, inclusive a disponibilização das áreas de intervenção.

3.1.4. O prazo de execução da obra será de 06 (seis) meses, contados da publicação da Ordem de Execução de Serviços no Diário Oficial do Município, devendo a CONTRATADA cumprir rigorosamente os prazos, as etapas e as metas estabelecidas no cronograma físico-financeiro aprovado, observadas as condições contratuais.

3.1.5. A CONTRATADA deverá manter ritmo de execução compatível com o cronograma físico-financeiro, disponibilizando tempestivamente os profissionais, materiais, equipamentos e demais recursos necessários ao cumprimento dos prazos previstos para cada etapa da obra.

3.1.5.1. A fiscalização municipal acompanhará a evolução física da obra e verificará o cumprimento das etapas previstas no cronograma, podendo determinar a adoção de medidas corretivas e a apresentação de plano de recuperação em caso de atrasos imputáveis à CONTRATADA.

3.1.5.2. O descumprimento injustificado do prazo de início dos serviços, das etapas intermediárias ou do prazo final de execução sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas no contrato e na Lei Federal nº 14.133/2021, mediante regular procedimento administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

3.1.5.3. A CONTRATADA deverá comunicar formalmente à fiscalização qualquer ocorrência capaz de comprometer o cumprimento do cronograma, apresentando as justificativas e as providências necessárias à regularização da execução.

3.1.5.4. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado pelo tempo correspondente, mediante registro formal, nos termos do art. 115, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais hipóteses legais de alteração contratual.

3.1.6. A execução da Praça do Bairro Jurema compreenderá, conforme os projetos e a planilha orçamentária, os serviços preliminares, preparação do terreno, terraplenagem, execução de estruturas, alvenarias e revestimentos, pavimentação, acessibilidade, instalações elétricas e hidrossanitárias, paisagismo, instalação de mobiliário urbano, equipamentos e demais elementos previstos no projeto.

3.1.7. A execução do Ponto de Táxi compreenderá os serviços preliminares, preparação do terreno, fundações e estruturas, alvenarias, revestimentos, esquadrias, execução de cobertura metálica, instalações elétricas e hidrossanitárias, implantação de escritório e dois banheiros, além dos demais serviços previstos nos projetos e documentos técnicos.
3.1.8. A CONTRATADA deverá observar rigorosamente as especificações técnicas, os métodos executivos, os padrões de qualidade e os quantitativos previstos nos documentos que integram a contratação, sendo vedada a alteração unilateral dos projetos, materiais ou soluções construtivas sem prévia autorização da Administração, observadas as hipóteses legais de alteração contratual.
3.1.9. A execução deverá observar as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, as normas regulamentadoras de segurança e saúde no trabalho, a legislação ambiental aplicável e as demais disposições técnicas e legais pertinentes à natureza dos serviços.
3.1.10. Os serviços executados estarão sujeitos ao acompanhamento, à fiscalização e à medição pela Administração Municipal, mediante verificação da conformidade com os projetos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias e demais condições contratuais.
3.2. Local e horário da execução dos serviços
3.2.1. Os serviços serão executados no Município de Tanhaçu, Estado da Bahia, compreendendo a área destinada à construção da Praça no Bairro Jurema e a área de implantação do Ponto de Táxi, localizada na Avenida Lauro de Freitas, conforme localização e delimitação constantes dos projetos técnicos.
3.2.2. A execução ocorrerá, preferencialmente, em dias úteis e em horário diurno, observadas as condições de funcionamento das atividades públicas, as normas municipais pertinentes e a necessidade de preservação da segurança dos trabalhadores e da população.
3.2.3. A realização de atividades em horários extraordinários, finais de semana ou feriados poderá ocorrer quando tecnicamente necessária ao cumprimento do cronograma ou à adequada execução dos serviços, desde que previamente comunicada e autorizada pela fiscalização municipal, observadas as disposições legais aplicáveis.
3.2.4. A CONTRATADA deverá organizar suas atividades de modo a minimizar transtornos à circulação de pedestres, veículos, moradores e usuários das áreas próximas à intervenção, adotando medidas adequadas de sinalização, isolamento e proteção das frentes de serviço.
3.3. Rotinas a serem cumpridas
3.3.1. A execução contratual deverá observar as rotinas estabelecidas neste Termo de Referência, no Memorial Descritivo, nos projetos técnicos, nas planilhas orçamentárias, no cronograma físico-financeiro e nas determinações formalizadas pela fiscalização municipal.
3.3.2. Antes do início dos serviços, a CONTRATADA deverá providenciar a mobilização de pessoal, equipamentos, ferramentas e materiais necessários, bem como apresentar a documentação técnica de sua responsabilidade exigida para o início da execução, inclusive a Anotação de Responsabilidade Técnica –

ART de execução, quando cabível.
3.3.3. A CONTRATADA deverá manter profissional legalmente habilitado como responsável técnico pela execução da obra, assegurando o acompanhamento dos serviços e a observância das condições técnicas previstas nos documentos da contratação.
3.3.4. A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o cronograma físico-financeiro aprovado, observando os prazos estabelecidos para cada etapa da obra e adotando as providências necessárias para evitar atrasos na execução contratual.
3.3.4.1. A fiscalização municipal acompanhará periodicamente a evolução física dos serviços, confrontando os quantitativos efetivamente executados com as metas previstas no cronograma, podendo determinar a apresentação de medidas corretivas e de plano de recuperação quando identificados atrasos imputáveis à CONTRATADA.
3.3.4.2. A apresentação de plano de recuperação do cronograma não implicará, por si só, prorrogação dos prazos contratuais, afastamento de responsabilidades ou dispensa das sanções legalmente cabíveis.
3.3.5. A CONTRATADA deverá manter as áreas de intervenção devidamente organizadas, sinalizadas e protegidas, adotando as medidas necessárias à prevenção de acidentes e à preservação da integridade física dos trabalhadores, usuários e demais pessoas que circulem nas proximidades.
3.3.6. Os materiais empregados deverão atender às especificações técnicas dos projetos e do Memorial Descritivo, cabendo à fiscalização rejeitar aqueles que apresentem desconformidade com as condições estabelecidas na contratação.
3.3.7. Os serviços executados em desacordo com as especificações técnicas ou que apresentem defeitos decorrentes de execução inadequada deverão ser corrigidos, reparados ou refeitos pela CONTRATADA, às suas expensas, nos termos do art. 119 da Lei Federal nº 14.133/2021.
3.3.8. A CONTRATADA deverá manter registro das atividades executadas, das condições relevantes de andamento da obra, das ocorrências e das orientações recebidas, mediante diário de obra ou instrumento equivalente definido pela fiscalização.
3.3.9. As medições deverão corresponder aos serviços efetivamente executados e aceitos pela fiscalização, observados os quantitativos, preços unitários contratados e critérios de medição estabelecidos nos documentos técnicos.
3.3.10. Ao término da execução, a CONTRATADA deverá promover a limpeza geral das áreas, a retirada dos materiais excedentes, equipamentos e instalações provisórias desnecessárias, bem como a correção de eventuais pendências identificadas pela fiscalização, observadas as condições para recebimento provisório e definitivo do objeto.
3.4. Materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios a serem disponibilizados
3.4.1. Para a adequada execução do objeto, a CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas, utensílios e demais recursos necessários à realização dos serviços, em quantidades suficientes e com características compatíveis com as especificações estabelecidas nos projetos, no Memorial Descritivo e na planilha orçamentária.

3.4.2. Os materiais empregados deverão ser novos, quando assim exigido pelas especificações técnicas, de qualidade compatível com a finalidade prevista e em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, sendo vedada a utilização de materiais inadequados, danificados ou em desacordo com os documentos da contratação.
3.4.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar os equipamentos necessários às atividades de preparação do terreno, escavação, compactação, execução de estruturas, pavimentação, instalações elétricas e hidrossanitárias, montagem de estruturas metálicas, acabamentos, paisagismo e demais serviços previstos, conforme as necessidades de cada etapa construtiva.
3.4.4. Os equipamentos e ferramentas utilizados deverão apresentar condições adequadas de funcionamento, conservação e segurança, cabendo à CONTRATADA realizar sua manutenção e substituição sempre que necessário, sem prejuízo do cumprimento das obrigações contratuais.
3.4.5. A CONTRATADA será responsável pelo transporte, armazenamento, guarda, conservação e utilização dos materiais e equipamentos empregados na obra, adotando medidas destinadas a evitar perdas, danos, desperdícios e comprometimento da qualidade dos serviços.
3.4.6. A CONTRATADA deverá fornecer aos trabalhadores os Equipamentos de Proteção Individual – EPI e disponibilizar os Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC necessários, de acordo com os riscos das atividades executadas e as normas regulamentadoras aplicáveis.
3.4.7. O fornecimento dos materiais, equipamentos e demais insumos deverá observar as composições de custos e os preços contratados, não sendo admitida cobrança adicional por recursos necessários à execução dos serviços já contemplados nas obrigações contratuais, ressalvadas as hipóteses legais de alteração do contrato.
3.5. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta
3.5.1. Para elaboração e dimensionamento da proposta, os licitantes deverão considerar as características técnicas, operacionais e quantitativas da obra, conforme os projetos, Memorial Descritivo, planilhas orçamentárias, composições de custos unitários, cronograma físico-financeiro e demais documentos integrantes da contratação.
3.5.2. A intervenção compreende a implantação de Praça no Bairro Jurema, com área aproximada de 950,00 m², e a construção de Ponto de Táxi na Avenida Lauro de Freitas, com área de referência de aproximadamente 238,42 m², incluindo escritório, dois banheiros e os demais elementos previstos nos respectivos projetos.
3.5.3. A proposta deverá contemplar os custos necessários à execução integral dos serviços previstos, incluindo materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, transporte, mobilização, desmobilização, encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e tributários, despesas administrativas, seguros exigíveis, medidas de segurança e demais custos diretos e indiretos relacionados à execução do objeto.
3.5.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar profissionais em número e qualificação compatíveis com as etapas de execução da obra, inclusive

responsável técnico legalmente habilitado, trabalhadores especializados, operadores de equipamentos e demais profissionais necessários ao cumprimento das obrigações contratuais.
3.5.5. Serão de responsabilidade da CONTRATADA todas as despesas relativas à contratação, remuneração, transporte e demais obrigações legais relacionadas aos profissionais utilizados na execução dos serviços, inexistindo vínculo empregatício entre esses trabalhadores e a Administração Municipal.
3.5.6. A CONTRATADA deverá considerar, na composição de seus preços, os custos relacionados à disponibilização, operação, manutenção, abastecimento, transporte e substituição dos equipamentos necessários à execução dos serviços, conforme as características e exigências técnicas de cada etapa.
3.5.7. A proposta deverá contemplar os custos relacionados à segurança do trabalho, inclusive fornecimento e reposição de EPI, disponibilização de EPC, sinalização das áreas de intervenção e adoção das medidas preventivas necessárias ao desenvolvimento das atividades.
3.5.8. Os licitantes deverão considerar as condições de acesso às áreas de intervenção, as características dos serviços, as necessidades de logística e armazenamento de materiais, a mobilização das equipes e a sequência de execução estabelecida no cronograma físico-financeiro.
3.5.9. O dimensionamento da proposta deverá observar o regime de empreitada por preço unitário, considerando os quantitativos previstos na planilha orçamentária e os critérios de medição e pagamento estabelecidos no contrato, sem prejuízo das alterações quantitativas legalmente admitidas.
3.5.10. A CONTRATADA deverá observar as exigências ambientais aplicáveis à execução da obra, especialmente quanto ao acondicionamento e à destinação adequada dos resíduos da construção civil, ao controle de poeira e ruídos, à prevenção de danos às áreas adjacentes e à utilização racional dos materiais.7.5.11. A elaboração da proposta deverá considerar todos os elementos técnicos disponibilizados pela Administração, de modo a assegurar a compatibilidade dos preços ofertados com as condições necessárias à execução adequada e integral do objeto.

## CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

3.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

*4.1. O valor da contratação é de R$ xxxxxx.*

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4.3. Os valores para pagamento serão definidos a partir da execução do serviço e da medição apresentada pela contratada, após o atesto da contratante aprovando e corroborando com que foi de fato executado.

## CLÁUSULA SEXTA – CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

6.2. A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em sistemas oficiais de custos, utilizando composições SINAPI e SICRO, com data-base definida, sem desoneração, e aplicação de BDI conforme metodologia consolidada pelo Tribunal de Contas da União – TCU, em atendimento ao art. 23.

6.3. Da Lei nº 14.133/2021.Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5.1. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

6.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 7. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. Compete à Administração Pública, por meio da fiscalização designada, sem prejuízo de outras atribuições legais:

7.2. Acompanhar e fiscalizar a execução das obras e serviços, verificando o cumprimento do Projeto Básico, das especificações técnicas, do cronograma e do contrato;

7.3. Atuar de forma preventiva e orientativa, sem prejuízo do exercício do poder-dever de fiscalização e de aplicação de medidas corretivas;

7.4. Registrar formalmente as ocorrências relevantes durante a execução, inclusive inconformidades e determinações à contratada;

7.5. Conferir e atestar as medições dos serviços executados, condicionando o pagamento ao efetivo atendimento das condições contratuais;

7.6. Determinar a correção, adequação ou refazimento de serviços executados em desacordo com as especificações técnicas ou com desempenho inferior ao exigido;

7.7. Suspender a execução de serviços que apresentem risco à segurança, ao meio ambiente ou ao interesse público;

7.8. Autorizar, quando tecnicamente justificado, ajustes no cronograma ou nos métodos executivos, observadas as hipóteses legais;

7.9. Emitir os termos de recebimento provisório e definitivo, após as vistorias técnicas cabíveis;

7.10. Adotar as providências administrativas necessárias à boa execução do contrato, inclusive aplicação de penalidades, quando cabíveis;

7.11. Zelar pela observância dos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, transparência e interesse público.

## 8. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1. Constituem obrigações da empresa contratada, além daquelas previstas na legislação vigente, no contrato e no instrumento convocatório:

8.2. Executar integralmente as obras e serviços de engenharia em estrita conformidade com este Projeto Básico, com o Estudo Técnico Preliminar, com o contrato, com o cronograma físico-financeiro e com as especificações técnicas aplicáveis;

8.3. Disponibilizar equipe técnica habilitada, devidamente registrada no conselho profissional competente, mantendo engenheiro responsável técnico e encarregado de obra durante toda a execução dos serviços;

8.4. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas, insumos e mão de obra necessários à execução do objeto, em conformidade com as composições orçamentárias e os métodos executivos previstos;

8.5. Garantir que os materiais empregados atendam às especificações técnicas, sendo vedada a utilização de materiais fora de padrão ou sem aprovação da fiscalização;

8.6. Cumprir rigorosamente o cronograma físico-financeiro, adotando medidas corretivas imediatas em caso de desvios injustificados;

8.7. Manter organização, limpeza e segurança no local da obra, prevenindo danos ao meio ambiente, a terceiros e ao patrimônio público ou privado;

8.8. Observar integralmente as normas de segurança do trabalho, especialmente a NR-18, fornecendo equipamentos de proteção individual e coletiva aos trabalhadores;

8.9. Manter atualizados os registros de execução, medições, relatórios e demais documentos técnicos solicitados pela fiscalização;

8.10. Atender prontamente às determinações da fiscalização, corrigindo, refazendo ou ajustando serviços que não atendam às especificações técnicas ou aos parâmetros de desempenho definidos;

8.11. Responder por todos os ônus, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato;

8.12. Comunicar formalmente à Administração qualquer ocorrência que possa comprometer o prazo, o custo ou a qualidade da obra;

8.13. Proceder à desmobilização completa ao final da execução, com recomposição das áreas afetadas e retirada de materiais remanescentes;

8.14. Garantir a qualidade e a durabilidade dos serviços executados, respondendo por eventuais vícios ou defeitos, nos termos da legislação aplicável.

**CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO**

*9.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade concorrência eletrônica, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.*

*9.2. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.*

*9.3. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.*

*9.4. A garantia de execução é independente de eventual garantia do serviço prevista especificamente no Termo de Referência.*

*9.5. Em caso de inadimplemento pelo Contratado, será executada a garantia contratual visando não causar riscos para administração.*

*9.5.1. Se a modalidade da garantia for através de seguradora, essa deverá assumir a execução e concluir o objeto do contrato* Lei nº 14.133/2021, art. 102).

*9.5.2. A seguradora figura como interveniente anuente do presente contrato, e nesta qualidade também deverá figurar dos termos aditivos que vierem a ser firmados, e poderá, se for o caso:*

*9.5.3. Ter livre acesso às instalações em que for executado o contrato principal.*

*9.5.4. Acompanhar a execução do contrato principal.*

*9.5.5. Ter acesso a auditoria técnica e contábil.*

*9.5.6. Requerer esclarecimentos ao responsável técnico pela obra ou pelo fornecimento*

*9.5.7. Na hipótese de inadimplemento do contratado, serão observadas as seguintes disposições:*

c) *Caso a seguradora execute e conclua o objeto do contrato, estará isenta da obrigação de pagar a importância segurada indicada na apólice.*

d) *Caso a seguradora não assuma a execução do contrato, pagará a integralidade da importância segurada indicada na apólice.*

*9.6.* Caso a garantia seja em dinheiro, o depósito deverá ser realizado em favor da contratante, na seguinte conta: corrente 7152-8, agência 1152-5, Banco do Brasil.

9.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

9.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

9.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

9.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.

9.11. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

9.11.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

9.11.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n° 662, de 11 de abril de 2022.

9.12. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

9.13. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

e) Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
f) *Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato ou saldo não atendido do Contrato;*
g) *Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, conforme o caso e respectivamente, nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA;*
h) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
i) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

10.3. *A* aplicação das sanções previstas nas alíneas "b" e "c" observará os

seguintes parâmetros:

1) 0,1% (um décimo por cento) até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento ou prestação do serviço, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de fornecimento ou prestação do serviço com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, atraindo a aplicação da multa prevista na alínea "c", sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

2) 10% (dez por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento ou prestação do serviço, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inadimplemento parcial da obrigação assumida;

3) 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inadimplemento total da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA; e

4) 0,1% (um décimo por cento) do valor do Contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato.

10.3.1. *As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.*

10.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.5.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *30 (trinta)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do Decreto Municipal.

10.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

*10.9.* A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

*10.10.* O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

*10.11.* As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.12. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida

ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

11.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

11.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.5.3. Indenizações e multas.

11.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados neste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Órgão: 2- PREFEITURA MUNICIPAL DE TANHAÇU
SECRTARIA: 0207000 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
Ação: 1007 - OBRAS PÚBLICAS MUNICIPAIS
Ação: 1012 - CONSTRUÇÃO MANUTENÇÃO E REFORMAS DE PRAÇAS E JARDINS
Ação: 2025 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
Elemento de Despesa: 4.4.90.51 – Obras e Instalações

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

15.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

15.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

15.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

15.4. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

15.5. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**

*17.1.* Fica eleito o Foro de Tanhaçu para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21

*Tanhaçu/BA, [dia] de [mês] de 2026.*

_____

**MUNICÍPIO DE TANHAÇU**
Representante legal do Município de Tanhaçu
**CONTRATANTE**

_____

**[EMPRESA]**
Representante legal da empresa contratada
**CONTRATADA**

**ANEXO III- PROPOSTA - MODELO E OBSERVAÇÕES**
(Papel timbrado da licitante)

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 011/2026

Objeto: é Contratação de empresa para construção de Praça no Bairro Jurema e Ponto de Taxi, no Município de Tanhaçu/BA., conforme projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais especificações constantes do edital e de seus anexos

Empresa [XXXXXXXXXXXXX], inscrita no CNPJ sob o nº [XX.XXX.XXX/XXXX-XX], com sede na [XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX], por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) [XXXXXXXXXXXXX], portador(a) do Documento de Identidade nº [XXXXXXXXXXXXXX], órgão emissor [XXXXXX] e do CPF nº [XXXXXXXXXXXXXX], Endereço Eletrônico [XXXXXXXXXXXXXX],

**1.** Declaro que nos preços propostos, encontram-se incluídos todos os materiais, mão de obra, fretes, tributos, encargos sociais e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a prestação de serviços do objeto da presente licitação.
**2.** Declaramos que examinamos, conhecemos e nos submetemos às condições contidas no Edital do CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 011/2026, retro mencionado, bem como verificamos todas as especificações nele exaradas, não havendo qualquer discrepância nas informações e/ou documentos que dela fazem parte.
**3.** Declaramos, ainda, que estamos cientes de todas as condições que possam, de qualquer forma, influir nos custos, assumindo total responsabilidade por erros ou omissões existentes nesta proposta, bem como qualquer despesa relativa à realização integral do seu objeto.
**4.** Declaramos para fins de participação no Concorrência Eletrônica Nº 011/2026, que a proposta comercial compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposto no § 1º art. 63º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021;

**DA PROPOSTA:**

**(anexar a planilha de proposta de preços)**

Informar valor total por extenso em R$ 0,00 (**********).

....., ... de ..... de ..... (Local)(Data)

.....
Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal

**OBSERVAÇÕES - INDICAR NA PROPOSTA OS SEGUINTES ITENS:**

a) Razão social da Proponente

b) Endereço completo (rua/avenida, número, bairro, cidade, CEP, (UF).

c) Telefone e endereço eletrônico (e-mail).

d) Banco, número da conta corrente e da Agência no qual serão depositados os pagamentos se a Licitante se sagrar vencedora do certame.

e) Validade da proposta de 60 (sessenta) dias.

f) Prazo de entrega

**ANEXO IV - MODELO DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**
**(Papel timbrado da licitante)**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 237/2026**
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 011/2026**

Objeto: é Contratação de empresa para construção de Praça no Bairro Jurema e Ponto de Taxi, no Município de Tanhaçu/BA., conforme projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais especificações constantes do edital e de seus anexos

A Empresa [XXXXXXXXXXXXX], inscrita no CNPJ sob o nº [XX.XXX.XXX/XXXX-XX], com sede na [XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX], por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) [XXXXXXXXXXXXX], portador(a) do Documento de Identidade nº [XXXXXXXXXXXXXX], órgão emissor [XXXXXXX] e do CPF nº [XXXXXXXXXXXXXX], **DECLARA** para fins de participação no Concorrência Eletrônica Nº 011/2026, que atendem aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, e que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme disposto no inciso I do art. 63º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

Declaro ainda que conheço e concordo com todos os termos deste Edital.

O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

....., ... de ..... de ..... (Local)(Data)

.....
Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal

**ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**
(Papel timbrado da licitante)

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 237/2026**
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 011/2026**

Objeto: é Contratação de empresa para construção de Praça no Bairro Jurema e Ponto de Taxi, no Município de Tanhaçu/BA., conforme projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais especificações constantes do edital e de seus anexos

A Empresa [XXXXXXXXXXXXX], inscrita no CNPJ sob o nº [XX.XXX.XXX/XXXX-XX], com sede na [XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX], por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) [XXXXXXXXXXXXX], portador(a) do Documento de Identidade nº [XXXXXXXXXXXXXX], órgão emissor [XXXXXX] e do CPF nº [XXXXXXXXXXXXXX], **DECLARA** para fins de participação no concorrência Eletrônica Nº 011/2026, sob as penalidades da lei, que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

....., ... de ..... de .....
(Local)(Data)

.....
Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal

**ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**
(Papel timbrado da licitante)

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 237/2026**
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 011/2026**

Objeto: é Contratação de empresa para construção de Praça no Bairro Jurema e Ponto de Taxi, no Município de Tanhaçu/BA., conforme projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais especificações constantes do edital e de seus anexos

A Empresa [XXXXXXXXXXXXX], inscrita no CNPJ sob o nº [XX.XXX.XXX/XXXX-XX], com sede na [XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX], por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) [XXXXXXXXXXXXX], portador(a) do Documento de Identidade nº [XXXXXXXXXXXXXX], órgão emissor [XXXXXXX] e do CPF nº [XXXXXXXXXXXXXX], **DECLARA** para fins de participação no Concorrência Eletrônica Nº 011/2026, que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz (__).

....., ... de ..... de ..... (Local)(Data)

.....
Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal

**Obs.: Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.**

**ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NOS INCISOS III E IV DO ART. 1º E NO INCISO III DO ART. 5º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

(Papel timbrado da licitante)

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 237/2026**
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 011/2026**

Objeto: é Contratação de empresa para construção de Praça no Bairro Jurema e Ponto de Taxi, no Município de Tanhaçu/BA., conforme projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais especificações constantes do edital e de seus anexos

A Empresa [XXXXXXXXXXXXX], inscrita no CNPJ sob o nº [XX.XXX.XXX/XXXX-XX], com sede na [XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX], por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) [XXXXXXXXXXXXX], portador(a) do Documento de Identidade nº [XXXXXXXXXXXXXX], órgão emissor [XXXXXXX] e do CPF nº [XXXXXXXXXXXXXX], **DECLARA** para fins de participação no Concorrência Eletrônica Nº 011/2026, que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

....., ... de ..... de ..... (Local)(Data)

.....
Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal

**ANEXO VIII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL CONFORME ARTIGO 63, IV DA LEI FEDERAL Nº 14.133**

(Papel timbrado da licitante)

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 237/2026**
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 011/2026**

Objeto: é Contratação de empresa para construção de Praça no Bairro Jurema e Ponto de Taxi, no Município de Tanhaçu/BA., conforme projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais especificações constantes do edital e de seus anexos

A Empresa [XXXXXXXXXXXXX], inscrita no CNPJ sob o nº [XX.XXX.XXX/XXXX-XX], com sede na [XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX], por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) [XXXXXXXXXXXXX], portador(a) do Documento de Identidade nº [XXXXXXXXXXXXXX], órgão emissor [XXXXXXX] e do CPF nº [XXXXXXXXXXXXXX],**DECLARA** para fins de participação no Concorrência Eletrônica Nº 011/2026, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no artigo 63, IV da Lei nº 14.133 e em outras normas específicas.

....., ... de ..... de ..... (Local)(Data)

.....
Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal

**ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO**

(Papel timbrado da licitante)

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 237/2026**
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 011/2026**

Objeto: é Contratação de empresa para construção de Praça no Bairro Jurema e Ponto de Taxi, no Município de Tanhaçu/BA., conforme projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais especificações constantes do edital e de seus anexos

A Empresa [XXXXXXXXXXXXX], inscrita no CNPJ sob o nº [XX.XXX.XXX/XXXX-XX], com sede na [XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX], por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) [XXXXXXXXXXXXX], portador(a) do Documento de Identidade nº [XXXXXXXXXXXXXX], órgão emissor [XXXXXXX] e do CPF nº [XXXXXXXXXXXXXX] **DECLARA** para fins de participação no Concorrência Eletrônica Nº 011/2026, sob as penas da Lei, que, até a presente data, inexistem quaisquer fatos impeditivos para sua habilitação, no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

....., ... de ..... de ..... (Local)(Data)

.....
Nome, Função na Empresa e Assinatura do Representante Legal

## ANEXO X - MODELO DE PROCURAÇÃO PARA A PRÁTICA DE ATOS CONCERNENTES AO CERTAME

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 237/2026**
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 011/2026**

Através do presente instrumento, nomeamos e constituímos o(a) Senhor(a) ....., (nacionalidade, estado civil, profissão), portador do Registro de Identidade nº ....., expedido pela ....., devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o nº ....., residente à rua ....., nº ..... como nosso mandatário, a quem outorgamos amplos poderes para praticar todos os atos relativos ao procedimento licitatório indicado acima, conferindo-lhe poderes para:
(apresentar proposta de preços, formular ofertas e lances, interpor recursos e desistir deles, contra-arrazoar, assinar contratos, negociar preços e demais condições, confessar, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame etc).

Tanhaçu,_____de _____ de 2026.

_____

RAZÃO SOCIAL
CNPJ
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL
E ASSINATURA

## ANEXO XI DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA DE VISITA TÉCNICA

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 237/2026**
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 011/2026**

Objeto: é Contratação de empresa para construção de Praça no Bairro Jurema e Ponto de Taxi, no Município de Tanhaçu/BA., conforme projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais especificações constantes do edital e de seus anexos

A licitante_____, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, com sede na_____, Nº__, Bairro_____, na Cidade de_____, Estado_____, por intermédio de seu responsável técnico, o Sr._____, inscrito no CREA/_____ sob nº _____, DECLARA, que renuncia a Visita Técnica aos locais onde ocorrerão a execução do objeto licitado, bem como de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, declarando ainda, de que está ciente de todos os documentos e informações referentes a este procedimento licitatório, assumindo total responsabilidade por esse fato informado e que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas e/ou financeiras para com o contratante.

_____

(Ass. do Responsável técnico da empresa e/ou de seu representante legal)